

# Índice

## CAPÍTULO I

### NOÇÕES PRELIMINARES

1. O litígio .....	1
2. Formas compositivas do litígio .....	5
3. O monopólio da administração da justiça. O processo .....	5
4. O processo absorveu as demais formas compositivas do litígio?...	8
5. O <i>jus puniendi</i> .....	9
6. O processo como complexo de atos e como relação jurídica .....	16
7. O Processo Civil e o Processo Penal .....	18
8. Unidade ou dualidade do Direito Processual? .....	20
9. Conceito de Direito Processual Penal .....	26
10. Autonomia do Direito Processual Penal .....	27
11. Instrumentalidade do Direito Processual .....	28
12. Nomenclatura .....	29
13. Finalidade .....	30
14. Posição no quadro geral do Direito .....	30
15. Relação do Direito Processual Penal com outros ramos do Direito e ciências auxiliares .....	31
16. Princípios que regem o Processo Penal .....	36
17. Verdade real .....	37
18. O princípio da imparcialidade do Juiz .....	41
19. Princípio do Juiz natural .....	43

20. Princípio da igualdade das partes .....	44
21. Princípio da paridade de armas .....	44
22. O princípio da persuasão racional ou do livre convencimento .....	45
23. Princípio da publicidade .....	46
24. Princípio do contraditório .....	48
25. Princípio da iniciativa das partes .....	53
26. <i>Ne eat iudex ultra petita partium</i> .....	54
27. Identidade física do Juiz .....	57
28. Princípio do devido processo legal .....	58
29. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos .....	59
30. Princípio da inocência .....	63
31. Princípio do <i>favor rei</i> .....	74
32. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	76

## CAPÍTULO 2

### DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PROCESSO PENAL

1. O Processo Penal na Grécia .....	81
2. O Processo Penal em Roma .....	82
3. O Processo Penal entre os germânicos .....	85
4. O Processo Penal canônico .....	86
5. O sistema inquisitivo nas legislações laicas .....	87
6. As inovações após a Revolução Francesa .....	90
7. Tipos de Processo Penal .....	92
8. Direito pátrio .....	96

## CAPÍTULO 3

### EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO

1. <i>Vacatio legis</i> .....	99
2. Ab-rogação. Derrogação. Ab-rogação expressa e tácita .....	100
3. Princípio da retroatividade .....	100
4. Princípio da irretroatividade. Ultra-atividade .....	102
5. Eficácia da lei penal no tempo .....	103
6. Eficácia da lei processual penal no tempo .....	113

## CAPÍTULO 4

### EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO

1. Eficácia da lei penal no espaço .....	125
2. O princípio da territorialidade. O da nacionalidade. O da proteção. O da Justiça Penal universal .....	126
3. Lugar do crime .....	134
4. Tempo do crime .....	140
5. Lei processual penal no espaço .....	141
6. Ressalvas .....	146

## CAPÍTULO 5

### INTERPRETAÇÃO

1. Noções .....	165
2. Interpretação autêntica .....	166
3. Interpretação doutrinal .....	166
4. Interpretação judicial .....	167
5. Interpretação gramatical .....	167
6. Interpretação lógica .....	168
7. Interpretação sistemática .....	169
8. Interpretação histórica .....	169
9. Interpretação extensiva e restritiva .....	169
10. Interpretação progressiva .....	171
11. Interpretação analógica .....	172
12. Analogia .....	173

## CAPÍTULO 6

### FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Sentido da palavra “fonte” .....	179
2. As fontes formais e substanciais .....	179
3. Classificação das fontes formais .....	180
4. Modalidades das fontes diretas .....	180

5. Fontes orgânicas .....	181
6. Fontes indiretas .....	182
7. Fontes secundárias .....	183
8. Inovações .....	187

## CAPÍTULO 7

### § 1.º — DA PERSECUÇÃO

1. Da investigação preparatória .....	193
2. Polícia .....	195
3. Divisão .....	196
4. Polícia de Segurança .....	196
5. Polícia Civil .....	197
6. Do inquérito policial .....	198
7. Finalidade do inquérito .....	200
8. Inquéritos extrapoliciais .....	201
9. Competência .....	203
10. O inquérito é indispensável? .....	207
11. Natureza do inquérito .....	210
12. Incomunicabilidade .....	218

### § 2.º — DA PERSECUÇÃO

1. <i>Notitia criminis</i> .....	220
2. Início do inquérito .....	221
3. Instauração “de ofício” .....	221
3-A. Indiciamento .....	225
4. Instauração por meio de requisição .....	226
5. Instauração por meio de requerimento .....	227
6. Conteúdo do requerimento .....	228
7. A Autoridade Policial tem o dever de instaurar inquérito? .....	229
8. Pode a Autoridade Policial indeferir requisição do Ministério Público? E o requerimento do ofendido? .....	230
9. Providência que o ofendido pode tomar .....	231
10. A <i>delatio criminis</i> .....	232
11. Inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada .....	235
12. A hipótese de requisição do Ministro da Justiça .....	241

### § 3.º — DA PERSECUÇÃO

1. O inquérito policial nos crimes de ação privada .....	243
2. A mulher casada e o direito de queixa .....	244
3. Prazo para requerer a instauração de inquérito .....	244
4. Conteúdo do requerimento .....	245

### § 4.º — DA PERSECUÇÃO

1. Diligências .....	247
2. Apreensão de objetos e instrumentos do crime .....	250
3. Da busca e apreensão .....	250
4. Da ouvida do ofendido .....	253
5. Da ouvida do indiciado .....	254
6. Do reconhecimento .....	256
7. Das acareações .....	257
8. Dos exames periciais .....	259
9. Reprodução simulada .....	263
10. A identificação .....	264
11. Tipos e subtipos .....	271
12. Pode o indiciado recusar-se a ser identificado? .....	274
13. Folha de antecedentes .....	275

### § 5.º — DA PERSECUÇÃO

1. Prisão em flagrante .....	276
2. O curador no auto de prisão em flagrante .....	278
3. Conclusão do inquérito .....	278
4. Indiciado menor .....	282
5. Relatório .....	285
6. Arquivamento .....	285
7. Controle externo da atividade policial .....	287
8. Juizado de Instrução ou Inquérito Policial? .....	289
9. Pode o Ministério Público investigar? .....	296

## CAPÍTULO 8

### § 1.º — DA AÇÃO

1. Noções gerais .....	299
------------------------	-----

2. Fundamento do direito de ação e base constitucional .....	302
3. Ação penal .....	303
4. Fundamento constitucional da ação penal .....	306
5. Natureza jurídica do direito de ação .....	307
6. Windscheid e Muther .....	308
7. Adolph Wach e a autonomia do direito de ação .....	310
8. Plòsz e Degenkolb .....	311
9. A teoria do direito potestativo .....	312
10. O conceito de direito de ação .....	314
11. O direito de ação no plano estritamente processual .....	315
12. O conceito de ação penal .....	318

## § 2.º — DA AÇÃO PENAL

1. Enquadramento da ação penal no sistema legal normativo .....	322
2. A influência do Código de Instrução Criminal da França .....	323
3. A orientação do legislador pátrio de 1890 .....	323
4. A orientação nos trabalhos legislativos de 1940 .....	323
5. A opinião de Jorge A. Romeiro e de Vicente de Azevedo .....	323
6. Críticas de Frederico Marques .....	324
7. Normas penais e processuais .....	324
8. Classificação da ação penal .....	325
9. Classificação subjetiva .....	330
10. Razão de ser da divisão da ação penal e da subdivisão da ação penal pública .....	331
11. Subdivisão da ação penal pública .....	334
12. Ação penal pública incondicionada .....	336
13. Classificação quanto à pretensão .....	348

## § 3.º — DA AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA

1. Ação penal pública condicionada .....	349
2. Ação penal pública condicionada à representação .....	349
3. Razão de ser .....	350
4. Crítica .....	351
5. Crimes cuja ação penal depende de representação .....	352
6. Natureza jurídica da representação .....	353

## § 4.º — DA AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA

1. Ação penal pública condicionada .....	361
2. Representação .....	362
3. A quem é dirigida a representação? .....	362
4. Quem pode fazer a representação? .....	364
5. O ofendido incapaz e sem representante legal .....	365
6. Natureza jurídica do curador especial .....	366
7. Cessaçãõ da atividade do curador .....	366
8. Morte do ofendido .....	366
9. Retrataçãõ .....	368
10. É possível a retrataçãõ depois do oferecimento da denúncia? .....	369
11. É possível a retrataçãõ da retrataçãõ? .....	370
12. A pessoa que faz a representaçãõ é obrigada a definir juridicamente o fato? .....	372
13. Eficácia objetiva .....	372
14. Prazo para a representaçãõ .....	374
15. É possível a representaçãõ se o representante legal veio a saber quem foi o autor do crime quando a ofendida, que já o sabia, estava com mais de 18 anos e 6 meses? .....	376
16. Prazo para a representaçãõ na hipótese do § 1.º do art. 24 do CPP .....	377
17. Prazo para a representaçãõ nos crimes de imprensa .....	377
18. Como provar que o titular do direito de representaçãõ soube quem foi o autor do crime nesta ou naquela data? .....	378
19. Como se conta o prazo para a representaçãõ? .....	378
20. Ação penal nos crimes contra os costumes .....	382
21. Crimes contra a honra cometidos contra funcionário público em razão da funçãõ .....	389
22. A representaçãõ nos crimes tributários .....	393
23. Requisiçãõ do Ministro da Justiça .....	398

## § 5.º — INÍCIO DA AÇÃO PENAL PÚBLICA

1. Como se inicia a ação penal pública condicionada ou incondicionada? .....	405
--	-----

2. Instante inicial da ação penal pública .....	406
3. Conteúdo da denúncia .....	407
4. Prazo para o oferecimento da denúncia .....	418
5. Não-oferecimento da denúncia no prazo legal. Conseqüências ....	422
6. Devolução do inquérito .....	424
7. Extinção da punibilidade .....	426
8. Guarda em cartório .....	426
9. Inviabilidade da relação processual .....	427
10. Arquivamento do inquérito .....	427

## § 6.º — DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Noções gerais .....	451
2. Distinção entre ação penal pública e ação penal privada .....	452
3. Críticas à ação penal privada .....	453
4. Os crimes de ação penal privada no Código atual .....	456
5. Princípios .....	458
6. Quem pode promovê-la? .....	463
7. A mulher casada pode exercer o direito de queixa? .....	464
8. Pessoas jurídicas .....	467
9. Prazo .....	469
10. O prazo na hipótese do art. 31 .....	472
11. Contagem do prazo .....	473
12. Divisão da ação penal privada .....	474
13. A morte do cônjuge ofendido na ação penal privada personalíssima .	475
14. O ofendido incapaz e o direito de queixa na ação penal privada personalíssima .....	476
15. Despesas judiciais .....	478

## § 7.º — OUTROS TIPOS DE AÇÃO PENAL

1. Ação penal privada subsidiária da pública .....	483
2. Quando ocorre .....	484
3. É inovação do CPP de 1942? .....	485
4. Prazo para oferecimento da queixa .....	486

5. Requerido o arquivamento dos autos do inquérito, poderá, ainda assim, o ofendido oferecer queixa substitutiva da denúncia? .....	488
6. Ação penal nos crimes falimentares .....	491
7. Ação penal popular .....	492
8. Ação penal <i>ex officio</i> .....	508
9. Outras modalidades de ação penal .....	514

### § 8.º — INÍCIO DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Como se inicia a ação penal privada? .....	517
2. Ouvida do órgão do Ministério Público .....	518
3. A queixa poderá ser oferecida pelo próprio ofendido? .....	519
4. Prazo .....	522
5. Devolução do inquérito .....	522
6. Arquivamento .....	523

### § 9.º — CONDIÇÕES DA AÇÃO

1. Introdução .....	524
2. O policiamento do exercício do direito de ação .....	524
3. As condições da ação .....	526
4. As condições da ação no Processo Penal .....	529
5. As condições genéricas .....	529
6. As condições específicas .....	539

### § 10 — REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU QUEIXA

1. Rejeição da peça acusatória .....	546
2. Aspecto formal da denúncia ou queixa .....	546

## CAPÍTULO 9

### § 1.º — DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. A rejeição da denúncia ou queixa e a extinção da punibilidade ...	555
2. Que se entende por extinção da punibilidade? .....	555
3. As causas extintivas da punibilidade .....	556



4. O art. 107 do CP esgota todas as causas extintivas da punibilidade? .....	557
5. Morte do agente .....	558
6. Anistia, graça e indulto .....	566
7. Anistia .....	566
8. Graça e indulto .....	570
9. <i>Abolitio criminis</i> .....	576
10. Prescrição, decadência e preempção .....	577
11. Prescrição .....	577
12. Prescrição retroativa .....	587
13. Decadência .....	596

## § 2.º — DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de renúncia .....	600
2. Renúncia expressa e renúncia tácita .....	601
3. Extensão .....	605
4. Perdão .....	605
5. Divisão .....	607
6. Quem pode conceder o perdão? .....	608
7. Aceitação do perdão .....	609
8. Aceitação processual e extraprocessual .....	610
9. Extensão do perdão .....	611
10. Perdão e renúncia .....	612
11. Preempção .....	612
12. Quais as causas que determinam a preempção? .....	613
13. Preempção, renúncia e perdão .....	620
14. Retratação .....	621
15. <i>Subsequens matrimonium</i> .....	627
16. O perdão judicial, nos casos previstos em lei .....	627
17. O pagamento do tributo no crime de sonegação fiscal .....	629
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>633</b>